



PUC
RIO

PIBIC 05/06

Nome do Departamento: Instituto de Relações Internacionais

Nome do(a) Aluno(a): *Alessandro Biazzi Couto*

Nome do(a) Orientador(a): João Franklin A.P. Nogueira

Título do Projeto: *“O Mundo Visto das margens: A produção de Relações Internacionais na Periferia”.*

A produção teórica de Relações Internacionais na América Latina

Aluno: Alessandro Biazzi Couto

Orientador: João Franklin Abelardo Pontes Nogueira

Introdução

Dentro da temática geral da pesquisa “O Mundo Visto das Margens: a produção teórica de Relações Internacionais na Periferia” empreendida pelo professor João Pontes Nogueira, o objetivo deste trabalho final de orientação é discutir a contribuição teórica em específico da América Latina na área de Relações Internacionais.

A América Latina não constitui uma região uniforme e este ensaio está ciente das limitações de trabalhar com uma visão única das relações internacionais da região. Como veremos posteriormente, as clivagens nacionais e mesmo de outras naturezas (classe, étnica, gênero etc) inviabilizam e tornam contraproducente a caracterização de uma única perspectiva teórica latino-americana para explicar uma extensa gama de fenômenos e realidades. Todavia, o recorte regional é pertinente seja pelo legado histórico e cultural comum da região (a inserção no comércio Atlântico; a colonização ibérica; a identidade lingüística; o subdesenvolvimento etc) seja pelos esforços práticos mais recentes de cooperação e integração pensados a partir da existência de uma unidade na diversidade.

Todavia, a diversidade e a construção de teorias próprias na América Latina encontram uma série de limitações. Pelas pesquisas e leituras empreendidas percebe-se que historicamente nas ciências sociais em geral e na área de relações internacionais em particular, o conhecimento produzido na região tem se caracterizado pela reprodução acrítica de teorias oriundas dos centros de poder (EUA e Europa), que não refletem muitas vezes a realidade latino-americana e as possibilidades de sua superação.

Neste sentido, autores como Walter Mignolo [1] e Aníbal Quijano [2] enfatizam o espectro da colonialidade do saber, uma relação de dominação centro-periferia que se estende na produção intelectual nos países do terceiro mundo mesmo no contexto pós-colonial. Pensar criticamente esta relação e vislumbrar a descolonização do saber coloca-se como uma questão central para a área de relações internacionais, cuja própria constituição enquanto disciplina e suas perspectivas teóricas dominantes visam discutir questões que afligem basicamente os países centrais e a perpetuar a dominação e os interesses destes estados.

O paroquialismo das teorias de relações internacionais vem sendo criticado principalmente por autores que se encontram nos principais centros de poder e produção de conhecimento na área. O ensaio “The discipline of international relations: still na American social science” do pesquisador britânico Steve Smith é um exemplo significativo de como a dominação das perspectivas racionalistas nos EUA engessam os debates. [3] Mesmo com o advento de perspectivas críticas no Reino Unido, na Europa e em menor escala no próprio EUA, (neo) realistas e (neo)liberais acabam por definir a agenda e as preocupações da disciplina como um todo, dado o peso que a academia norte-americana tem para as relações internacionais. [4]

Por mais contraditório que pareça, pouca ou nenhuma resistência ao *mainstream* teórico têm sido observada nos países periféricos, no qual a América Latina se insere. Os debates mais recentes e as contribuições críticas dos autores pós-positivistas vêm exercendo uma influência apenas marginal nestas regiões, mesmo no contexto multipolar do fim da Guerra Fria. O fazer teórico é restrito nestes países, cujos acadêmicos se concentram basicamente no estudo de questões regionais ou de política externa de seus países que lhes é dado por uma divisão internacional do trabalho intelectual.

De fato, a periferia vem se constituindo mais como um espaço de afirmação das perspectivas conservadoras do que um ambiente fértil para um pensamento crítico de sua condição de exclusão. Por se situar nas margens, a América Latina, como outras regiões periféricas, carrega consigo um potencial crítico do sistema internacional de estados que vem sendo subaproveitada pelos pesquisadores, colocando-se a necessidade de (re)pensar o status da disciplina de relações internacionais na América Latina.

A Teoria das Relações Internacionais na América Latina

O recorte histórico do trabalho será o das teorizações empreendidas a partir dos anos 90 com o fim da guerra fria e o advento da globalização. O fim do conflito bipolar e os dilemas de uma nova ordem multipolar ou unipolar, dependendo da abordagem, para a América Latina têm sido motivo de preocupação de uma série de autores. Apesar de uma mudança fundamental na ordem política internacional este momento veio acompanhado de profundas transformações econômicas, culturais e políticas dadas pela globalização que são muitas vezes negligenciadas quando as relações internacionais são entendidas apenas ao nível das interações estatais.

Explicar os fenômenos internacionais apenas por um viés estatista tem sido cada vez mais difícil, mas ao mesmo abrir-se a outras perspectivas representa um desafio a disciplina de relações internacionais na região por esta não se encontrar plenamente consolidada. Uma série de outras áreas como economia, ciência política, direito, história e sociologia têm se dedicado cada vez mais ao estudo de questões internacionais, e apesar do *boom* de cursos de graduação e pós-graduação em relações internacionais, a produção de saber da área encontra-se de forma difusa e com um reduzido diálogo com academia de relações internacionais *strictu sensu* dos EUA e da Europa. A necessidade de garantir fronteiras disciplinares rígidas para não se confundir com outras áreas mais consolidadas e o puro desconhecimento dos novos debates na disciplina talvez expliquem a influência marginal das contribuições pós-positivistas para as relações internacionais na América Latina.

A pesquisa de como os estudos internacionais se desenvolveram na América Latina empreendida por Arlene B Tickner [5] demonstra inclusive que algumas das contribuições latino-americanas mais importantes como a teoria da dependência, não foram originadas de programas de relações internacionais, mas da economia política e da sociologia. A autora analisa as perspectivas teóricas da região, artigos de periódicos e programas de ensino de teoria demonstrando que apesar de muitas vezes reproduzirem historicamente perspectivas conservadoras do centro, as relações internacionais na América Latina teriam também um histórico de viés crítico.

Para Tickner os estudos internacionais na região, incluso suas teorias, não produzem um pensamento genuíno nem são inteiramente subordinadas a lógicas do centro, mas se constroem socialmente a partir da interação de diversos atores (academia, estado, relações externas etc). [6] Esta interação foi capaz de construir um pensamento híbrido latino-

americano articulando contribuições locais como a da teoria da dependência (em suas distintas vertentes), a interpretações realistas e (neo)liberais oriundas dos centros de poder. [7]

É questionável se de fato o “o híbrido latino-americano” constitui realmente um pensamento emancipatório ou crítico da condição periférica das populações latino-americanas. As contribuições do brasileiro Hélio Jaguaribe; e dos argentinos Juan Carlos Puig e Carlos Escudé vão mais no sentido de defender a inserção internacional de seus respectivos países numa ordem internacional anárquica e realista do que propriamente um questionamento teórico mais crítico. Em suas reflexões sobre autonomia Russell e Tokatlian chegam a afirmar que as contribuições dos autores do “híbrido latino-americano” fazem mais sentido no contexto sul americano, em particular do Conesul, do que para a América Latina em geral, dada a maior margem de manobra que estes países têm em seu relacionamento histórico com os EUA. [8]

Imbuídos de um viés mais cosmopolita e liberal do que propriamente realista, Russel e Tokatlian defendem que no contexto do pós Guerra Fria, os países latino-americanos não devem adotar mais uma estratégia de isolamento, auto-suficiência ou oposição característica da autonomia antagonista dos realistas periféricos mas sim a de uma autonomia relacional em que estados, mas também atores não estatais aumentam sua participação em regimes internacionais, negociações e acordos de cooperação, assumindo cada vez mais responsabilidades e potencializando sua liberdade. [9] É interessante observar ainda que esta autonomia relacional é defendida normativamente pelos autores como uma proposta política que caminha junto ao desenvolvimento da democracia e da defesa dos direitos humanos. [10]

Por fim, existem ainda perspectivas pós-colonialistas e marxistas na América Latina que estabelecem um diálogo crítico ao neoliberalismo no seu teorizar sobre o internacional. [11] Apesar de não estarem a par dos debates escritos a disciplinas de relações internacionais estas correntes tem o mérito de colocar em discussão questões de classe e raça e os padrões de inclusão/ exclusão social no contexto da globalização.

Conclusão

O panorama geral que Fernando Coronil faz da globalização me parece fundamental para entendermos as questões que envolvem um o teorizar na periferia:

“A globalização deve ser vista como um processo contraditório que inclui novos campos de luta teórica e prática. Diferentemente de outras estratégias de representação ocidentalistas que ressaltam a diferença entre o Ocidente e seus outros, a globalização neoliberal evoca a igualdade potencial e a uniformidade de todas as pessoas e culturas. Na medida em que a globalização funciona reinscrevendo as hierarquias sociais e padronizando as culturas e os hábitos, esta funciona como uma modalidade particularmente perniciosa de dominação imperial. Mas, na medida em que descentraliza o Ocidente, apaga as diferenças entre os centros e as periferias e postula, ao menos em princípio, a fundamental igualdade de todas as culturas, a globalização promove a diversidade e representa uma forma de universalidade que pode prefigurar sua realização mais plena. Da mesma maneira que a proclamação da igualdade e da liberdade durante a Revolução Francesa foi tomada literalmente pelos escravos do Haiti e foi redefinida por suas ações ao impor a abolição da escravidão os ideais de igualdade e diversidade declarados no discurso da globalização podem abrir espaços para lutas libertadoras (bem como podem produzir reações conservadoras, como ocorreu na França e no Haiti).” [12]

Os estudos sobre a periferia e o potencial crítico que estes espaços carregam para a construção de outras formas de interação social para além do estatismo e do liberalismo de mercado têm crescido nos últimos anos. A América Latina se insere de forma importante neste debate dadas as extremas contradições existentes na região que permitem a existência de espaços que se beneficiam dos atuais padrões de inserção internacional convivendo “harmoniosamente” com outros espaços completamente marginalizados. Com o capitalismo tornando-se cada vez mais móvel e flexível a relação centro - periferia vem deixando de ser uma relação geográfica para se constituir enquanto uma relação social [13] o que demonstra também a necessidade de discussão dos aspectos internos aos estados para discussão sobre as relações internacionais.

Por fim, deve-se ressaltar a relevância política e cotidiana dos estudos teóricos para a transformação das práticas internacionais uma vez que teoria e prática estão intimamente associadas na construção dos atuais padrões de inclusão/exclusão dos países periféricos, da América Latina e do Brasil.

Referências

- 1- MIGNOLO, W. D. – The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference – Duke University Press **The South Atlantic Quarterly** 2002
- 2- QUIJANO. A Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. em **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org.) CLACSO, Buenos Aires. 2005. p. 227-278.
- 3- SMITH, S. The Discipline of International Relations: still na American social science? **British Journal of Politics and International Relations** Vol. 2, No3, p. 374- 376, 2000
- 4- (*ibid*) p. 392-396 Interessante notar também como a produção teórica das RI nos EUA esta intimamente associada aos padrões da academia do país e as demandas governamentais.
- 5- TICKNER, A. B. **Los estudios internacionales en América Latina : subordinación intelectual o pensamiento emancipatório ?**1 ed. México, DF: Alfaomega, 2002
- 6- (*ibid*) p. 160- 166
- 7- (*ibid*) p. 47-62
- 8- RUSSELL, R. , TOKATLIAN, J. - From antagonistic autonomy to relational autonomy: A theoretical reflection from the Southern Cone **Latin American Politics and Society** 2003 p. 7
- 9- (*ibid*) p. 12-17
- 10 – (*ibid*) p. 19
- 11 – Algumas destas visões podem ser encontradas em **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org.) CLACSO, Buenos Aires. 2005
- 12- CORONIL, Fernando – Natureza do Pós-Colonialismo do Eurocentrismo ao Globocentrismo em em **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org.) CLACSO, Buenos Aires. 2005 p. 127
- 13 - (*ibid*) p. 121